

CONTRATO Nº [·]/[·]

ANEXO 4

CADERNO DE ENCARGOS AMBIENTAIS

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

SÃO PAULO - SP

SUMÁRIO

1.	Diretrizes.....	3
2.	Licenciamento Ambiental	4
3.	Intervenções em ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP	5
4.	Interferência em Unidades de Conservação.....	5
5.	Uso e Ocupação do Solo	5
6.	Resíduos Sólidos.....	5
7.	Efluentes Líquidos.....	6
8.	Abastecimento de Combustíveis	6
9.	Relação com Contratadas e Subcontratadas	7
10.	Relatórios de Supervisão de SMS.....	7
11.	Planos de Emergência Individuais (PEI)	7
12.	Passivo Ambiental.....	8
13.	Gerenciamento de áreas contaminadas.....	8
14.	Carreira e Impermeabilização dos ESTALEIROS.....	8
15.	Dragagens	9
16.	Impactos e Riscos Ambientais e Obrigações Gerais.....	9

1. Diretrizes

- 1.1. O presente ANEXO estabelece as exigências ambientais mínimas que deverão ser atendidas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais exigências decorrentes do cumprimento da legislação ambiental ou da regulação estabelecida pelos órgãos ambientais competentes.

As exigências ambientais mínimas e as demais exigências decorrentes do cumprimento da legislação ambiental ou da regulação estabelecida pelos órgãos ambientais competentes previstas no item 1.1 constituem INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ainda que cumpridas após o 5º ano da CONCESSÃO.

- 1.2. O cumprimento das demais condições determinadas pela legislação ambiental para a exploração do SISTEMA DE TRAVESSIAS, cujo risco ou responsabilidade não estejam expressamente alocadas ao PODER CONCEDENTE ou à ARTESP no CONTRATO e no presente ANEXO, constituem obrigações e riscos da CONCESSIONÁRIA.
- 1.3. A materialização de riscos decorrentes dos passivos ambientais será arcada pela PARTE a quem tenham sido alocados, conforme disciplinado pelo CONTRATO e por este ANEXO.
- 1.4. Todas as operações no SISTEMA DE TRAVESSIAS HÍDRICAS devem considerar as práticas de controle ambiental e sustentabilidade como pauta permanente, interiorizada e integrada em todo o organograma da CONCESSIONÁRIA, incluindo colaboradores diretos e a alta direção, bem como terceirizados, subcontratados e fornecedores, seguindo obrigatoriamente o arcabouço legal ambiental e buscando promover as boas práticas complementares de sustentabilidade.
- 1.5. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela elaboração de PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO, sempre que exigido no presente ANEXO.

1.5.1. Deverão ser elaborados e atualizados, nos termos deste ANEXO, os PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO apresentados a seguir, mas não se limitando aos descritos abaixo:

- a) Gestão de resíduos;
- b) Abastecimento de EMBARCAÇÕES;
- c) Soldagem e corte a quente;
- d) Capacitações e treinamentos;
- e) Tratamento de superfícies;
- f) Içamento e movimentação de cargas;
- g) Máquinas, equipamentos e ferramentas;
- h) Trabalho em altura;
- i) Controle de emissões atmosféricas; e
- j) Operação naval.

1.5.2. A ARTESP poderá solicitar a elaboração de novos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO sobre quaisquer outros temas, atividades, iniciativas ou práticas que julgar pertinentes a qualquer tempo durante o PRAZO DA CONCESSÃO.

- 1.5.3. A ARTESP poderá determinar a reelaboração, total ou parcial, de qualquer PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO, estabelecendo o prazo para atendimento da revisão no ato que solicitar sua revisão pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.5.4. Nos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO, devem estar refletidas, inclusive, as normas trabalhistas, ambientais e da Marinha aplicáveis, a fim de garantir boas práticas ambientais, de saúde e segurança dos trabalhadores e dos USUÁRIOS, sendo necessária sua revisão em frequência anual ou quando assim solicitado pela ARTESP.
- 1.5.5. Os PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO deverão descrever em detalhes as atividades do trabalho, incluindo os principais conceitos, os requisitos legais e normativos, procedimentos específicos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), emergências, riscos, Normas Regulamentadoras (NRs) à Lei de Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT), competências, mecanismos de registro, controle e ações preventivas para a execução segura das atividades.
- 1.5.6. A CONCESSIONÁRIA deverá dar publicidade, treinamento e reciclagem dos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO de modo a garantir o seu atendimento integral por seus colaboradores internos e contratados.
- 1.5.7. A CONCESSIONÁRIA deverá dar ciência às empresas subcontratas ou terceirizadas sobre os PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO e exigir, pelos meios juridicamente admitidos, que obedeçam aos critérios neles previstos, responsabilizando-se, a CONCESSIONÁRIA, perante o PODER CONCEDENTE e a ARTESP, pelo efetivo cumprimento dos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO por seus agentes, empregados, assim como por seus contratados e subcontratados. Durante a elaboração, revisão e efetiva execução dos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO, é vedado à CONCESSIONÁRIA a previsão ou adoção de medidas que possam, de qualquer maneira, agravar os passivos ambientais identificados, dificultar ou impedir a sua resolução.
- 1.5.8. A atuação da ARTESP com fundamento nos itens 1.5.2 e 1.5.3 acima não ensejará direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por eventuais custos gerados à CONCESSIONÁRIA.

2. Licenciamento Ambiental

- 2.1. Para os TERMINAIS e ESTALEIROS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS nos termos do ANEXO 2, que contam com licenciamento ambiental válido, conforme licenças previstas no APÊNDICE 5, a CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas necessárias para manter as LICENÇAS AMBIENTAIS válidas, atender todas as condicionantes por elas disciplinadas para a operação do SERVIÇO ADEQUADO, bem como providenciar a renovação das licenças dentro do prazo legal.
- 2.2. Para os TERMINAIS e ESTALEIROS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS nos termos do ANEXO 2, que não contam com licenciamento ambiental válido, mas que requeiram licenciamento nos termos da legislação e regulação ambientais aplicáveis, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar o licenciamento perante o órgão ambiental competente, conforme descrito no APÊNDICE 3 e o PLANO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, nos termos do CONTRATO.

2.2.1 A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo cumprimento de todas as condicionantes decorrentes das novas LICENÇAS AMBIENTAIS, nos termos do item 2.2, acima.

- 2.3. A partir da DATA DE INÍCIO do CONTRATO, constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA o registro documental com a comprovação dos atendimentos das exigências e de manutenção das LICENÇAS AMBIENTAIS em ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP.

3. Intervenções em ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

- 3.1. Os TERMINAIS das TRAVESSIAS, descritos no ANEXO 2, estão localizados em ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, cuja supressão da vegetação foi realizada no passado para permitir a instalação dos TERMINAIS, atracadouros efluentes das TRAVESSIAS.
- 3.2. Qualquer nova supressão de vegetação deverá ser autorizada por órgão competente, nos casos de delegação de competência, em processo específico para obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação – ASV e/ou intervenções em APP, observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), Lei Estadual nº 13.550/2009 (Lei do Cerrado) e a eventual necessidade de consulta aos órgãos ambientais.

4. Interferência em Unidades de Conservação

- 4.1. As travessias que incidam em Unidades de Conservação ou em suas Zona de Amortecimento deverão obter anuência do órgão gestor da mesma, no caso de Unidades de Conservação sem Zona de amortecimento definida, deverá ser considerado a distância mínima de 3.000 metros, com exceção as Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particular do Patrimônio Natural (RPPN), nos termos da Lei Federal nº 9.985/2000 e Resolução CONAMA nº 428/2010.

5. Uso e Ocupação do Solo

- 5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter a Certidão de Uso e Ocupação do Solo emitida pelas Secretarias Municipais competentes, onde se encontram localizados os TERMINAIS do SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 5.2. O terminal de Cananéia, das Travessias Hídricas de Cananéia - Ilha Comprida e Cananéia - Ariri, localizadas no Litoral Sul, está inserido no Centro Histórico de Cananéia que é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e portanto, será necessário obter anuência do órgão em questão para implantação das melhorias previstas, nos termos da Resolução da Secretaria de Cultura (SC) - 71 de 19/12/2017

6. Resíduos Sólidos

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, revisar e atualizar sempre que necessário o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS para os TERMINAIS, EMBARCAÇÕES e ESTALEIROS, adotando as melhores técnicas para minimizar os impactos dos resíduos sólidos potencialmente poluidores gerados nas áreas de manutenção e pelos USUÁRIOS do SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 6.2. É obrigação da CONCESSIONÁRIA implementar o PGRS, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte,

tratamento e disposição final, bem como a eliminação dos riscos, a proteção à saúde e ao ambiente.

- 6.3. Cabe à CONCESSIONÁRIA promover ampla divulgação e treinamento do PGRS entre os colaboradores e funcionários, próprios ou de suas subcontratadas, que vão operar o SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 6.4. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o armazenamento e destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos existentes, acumulados e gerados, de modo a não promover novas contaminações do solo, em conformidade a Norma ABNT NBR 10004 e ABNT NBR 12235, incluindo produtos químicos e resíduos, os óleos lubrificantes usados, filtros de óleo, embalagens e resíduos de tintas, vernizes, solventes, produtos de limpeza e afins.

7. Efluentes Líquidos

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá bombear e depositar em tanques para a destinação adequada as águas oleosas, borras de óleo, fluídos lubrificantes de sistemas hidráulicos e do motor ou óleo eventualmente vazados em caixarias e casas de máquinas que integram o SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 7.2. Os TERMINAIS e ESTALEIROS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, nos termos do ANEXO 2, deverão apresentar locais de armazenamento adequado das águas oleosas, impossibilitando pequenos vazamentos e a contaminação do solo e águas subterrâneas em conformidade com a ABNT NBR 12235.
- 7.3. Os locais de armazenamento dos efluentes não deverão estar expostos às chuvas e intempéries, impedindo o acúmulo significativo e aumento de volume de águas contaminadas com óleo para a destinação correta.
- 7.4. Os efluentes domésticos gerados nos banheiros dos TERMINAIS e ESTALEIROS deverão contar com adequação ambiental e sanitária para a o tratamento e destinação, em atendimento à legislação e ao licenciamento ambiental.
- 7.5. Deverão ser priorizadas as conexões ao sistema municipal de coleta de esgoto sempre que tecnicamente viável e disponível na localidade de cada terminal. Na impossibilidade dessa alternativa, deverão ser dadas soluções de engenharia à disposição dos efluentes domésticos, como biodigestores, fossas sépticas ou outra solução aceita pelos órgãos.
- 7.6. Cabe à CONCESSIONÁRIA dar destinação adequada aos efluentes líquidos gerados por banheiros e outras instalações localizados nos TERMINAIS, bem como garantir que não contribuam com contaminações do solo ou mesmo das águas superficiais, realizado a manutenção e reavaliação dos sistemas existentes.

8. Abastecimento de Combustíveis

- 8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO para o regramento de abastecimento das EMBARCAÇÕES, com conteúdo compatível e integrados com licenciamento ambiental e com os PLANOS DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAIS, existentes para cada TRAVESSIA, e citados no item 11 deste ANEXO.
- I. O PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO para abastecimento mencionado no item 8.1, acima, deve estar em consonância com as normas e procedimentos específicos, tais como: Norma Regulamentadora (NR) 20, NR 16, NR 29; Resolução CONAMA nº 398/2008; Lei Federal nº 9.966/2000; Decreto Federal nº 96.044/1988; Resolução DP nº 29.2011/2011; Resolução ANP nº 52/2010; NBR nº 7500; NBR nº 7503; NBR nº 14.725.

- 8.2. Todos os esforços da CONCESSIONÁRIA deverão ser tomados para gerenciar os riscos e evitar vazamento de óleo ao mar durante os abastecimentos, fato que pode implicar em impactos ambientais, autuação, criminalização, obrigação de reparação do dano, além das penalidades previstas no CONTRATO e no ANEXO 11.

9. Relação com Contratadas e Subcontratadas

- 9.1. Aos contratos com terceiros, a CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar os requisitos de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional – SMS, trazendo as diretrizes para a proteção do trabalhador e do meio ambiente em função dos serviços contratados.
- I. Deverá constar também que o não atendimento das obrigações estabelecidas de SMS configura descumprimento contratual, podendo motivar penalizações ou mesmo a rescisão contratual, conforme as condições estabelecidas.
- II. Os contratos com terceiros deverão ser aderentes às Normas Regulamentadoras (NRs), as quais são complementares ao Capítulo V, do Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

10. Relatórios de Supervisão de SMS

- 10.1. A CONCESSIONÁRIA deverá promover supervisão de SMS, com a emissão de notificações de não conformidades ambientais de suas atividades, incluindo as subcontratadas, ensejando ações corretivas documentadas, em que para o caso de não atendimento às condições legais ou as estabelecidas em contrato, poderá implicar em sanções e penalidades previstas.

11. Planos de Emergência Individuais (PEI)

- 11.1. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a elaborar e atualizar os PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL para cada uma das TRAVESSIAS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, em atendimento às normas constantes na Lei Federal nº 9.966/2000 e Resolução CONAMA nº 398/2008 e/ou quaisquer outras aplicáveis ou que venham a substituí-las, incluindo sua aprovação pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
- 11.2. A CONCESSIONÁRIA deverá dar ciência do PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL ao seu quadro de funcionários, incluindo aqueles vinculados às contratadas e subcontratadas, realizando treinamentos periódicos e exercícios simulados.
- 11.3. É obrigação da CONCESSIONÁRIA revisar e manter atualizados os PLANOS DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAIS de cada localidade atualizados.
- 11.4. É obrigação da CONCESSIONÁRIA manter os materiais e equipamentos de resposta às emergências especificados nos PLANOS DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAIS em bom estado de conservação, em quantidade adequada e armazenados em local de rápido acesso.

12. Passivo Ambiental

12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá endereçar e tratar integralmente os passivos ambientais, entre os quais, aqueles listados no APÊNDICE 4, por sua conta e risco.

13. Gerenciamento de áreas contaminadas

13.1. A CONCESSIONÁRIA deverá seguir as diretrizes para o gerenciamento de áreas contaminadas em um processo de licenciamento ambiental descritas na Decisão de Diretoria da CETESB nº 056/2024/IE de 22 de julho de 2024 e Decisão de Diretoria no 38/2017/C, de 07 de fevereiro de 2017 – Anexo 3: *Diretrizes para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Âmbito do Licenciamento Ambiental* no que tange o licenciamento de empreendimentos em áreas que abrigam Áreas com Potencial de Contaminação – AP, ou Áreas Suspeitas de Contaminação – AS, deverá ser precedido de estudo de Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória, submetido previamente à CETESB.

13.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA:

- I. em caso de confirmação de contaminação, seguir o procedimento de gerenciamento de áreas contaminadas e realizar o estudo de investigação detalhada e avaliação de risco toxicológico à saúde humana;
- II. constatando risco toxicológico para os receptores, atender às metas de remediação elaboradas para a área e realizá-la, incluindo gerenciamento ambiental e a adequação das áreas, com base na legislação vigente aplicável ao tema, respeitada a alocação de riscos prevista no CONTRATO;
- III. o monitoramento para encerramento e pós-intervenção, após serem atingidas as metas de remediação definidas para a área, até que a área possa ser classificada como Área em Processo de Monitoramento para Reabilitação – AMR;
- IV. As etapas de investigação confirmatória, investigação detalhada, avaliação de risco toxicológico à saúde humana e remediação poderão ser avaliadas para que seja realizado um reequilíbrio econômico financeiro no contrato, tendo em vista as suas incertezas;
- V. a realização de atividades de manutenção de equipamentos somente sobre áreas impermeabilizadas com captação e segregação dos resíduos gerados; e
- VI. a manutenção nos tanques aéreos e em suas áreas de contenção, de modo a garantir estanqueidade destes.

14. Carreira e Impermeabilização dos ESTALEIROS

14.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA a impermeabilização de áreas operacionais e a readequação da carreira de todos os ESTALEIROS, em atendimento às exigências técnicas constantes do APÊNDICE 5.

14.2. Visando minimizar os riscos de contaminação, cabe à CONCESSIONÁRIA fazer adequações na carreira de cada ESTALEIRO para que a manutenção das embarcações seja realizada em dique seco, com sistema de drenagem e contenção de sólidos e efluentes líquidos.

14.3. A CONCESSIONÁRIA também deverá executar a impermeabilização do solo em trechos operacionais dos ESTALEIROS.

- 14.4. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA gerir os resíduos de manutenção das EMBARCAÇÕES gerados nas carreiras existentes em todos os ESTALEIROS do SISTEMA DE TRAVESSIAS, descritos no ANEXO 2, de modo a não permitir que contaminem o solo e a água.

15. Dragagens

- 15.1. Caso seja identificada alguma necessidade de realização de dragagens nos TERMINAIS, mesmo que estas não sejam corriqueiras em função dos calados operacionais das balsas, caberá à CONCESSIONÁRIA conduzir eventual processo de licenciamento ambiental da atividade, à luz do regramento específico da atividade, em especial, aquele dado pela Resolução CONAMA nº 454/12 e Resolução Estadual SMA nº 36/17 e/ou quaisquer outras aplicáveis ou que venham a substituí-las.

16. Impactos e Riscos Ambientais e Obrigações Gerais

- 16.1. Cabe à CONCESSIONÁRIA conduzir o gerenciamento ambiental do SISTEMA DE TRAVESSIAS HÍDRICAS de modo a minimizar os impactos e riscos ambientais em conformidade com as práticas de sustentabilidade e possibilitando o atendimento integral às exigências técnicas das LICENÇAS AMBIENTAIS, para que suas renovações transcorram sem entraves e que não ocorram infrações durante a concessão.
- 16.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA implantar práticas e procedimentos que impeçam vazamentos de óleo lubrificante e combustível ao mar, crônicos e de qualquer porte no SISTEMA DE TRAVESSIAS HÍDRICAS.
- 16.3. Cabe à CONCESSIONÁRIA realizar a manutenção e regulação dos motores das embarcações de modo que as emissões atmosféricas estejam dentro dos padrões estabelecidos pela ABNT-NBR nº 6016/2015 e Norma CETESB L9.61 e/ou quaisquer outras aplicáveis ou que venham a substituí-las.
- 16.4. Cabe à CONCESSIONÁRIA garantir que vazamentos crônicos por caminhões, automóveis e motocicletas ocorridos nos TERMINAIS, ESTALEIROS e EMBARCAÇÕES do SISTEMA DE TRAVESSIAS não contaminem o solo ou o mar.
- 16.5. Constitui responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a implantação de procedimentos para não promover contaminação do solo e das águas em decorrência de serviços de manutenção e reparos nas EMBARCAÇÕES, TERMINAIS e ESTALEIROS.
- 16.6. Cabe à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade por verificação sistemática de sistemas hidráulicos, mangueiras, tanques e outras peças com potencial de promover riscos e impactos ambientais decorrentes de vazamentos de diferentes naturezas.
- 16.7. Cabe à CONCESSIONÁRIA atuar para reduzir as interferências de suas atividades em Unidades de Conservação, bem como em áreas com bens protegidos por suas importâncias histórica, arqueológica e cultural.
- 16.8. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Análise Preliminar de Risco – APR, além de contribuir para a difusão das responsabilidades e boas práticas ambientais de seus colaboradores.

- 16.9. A CONCESSIONÁRIA deverá trabalhar para que não haja emergências ambientais no SISTEMA DE TRAVESSIAS HÍDRICAS, estando pronto para o atendimento caso ocorram, quer seja com capacitação, materiais, procedimentos, simulações ou contratos com prestadoras de serviços, em atendimento a legislação vigente e em aderência aos cenários previstos nos Planos de Emergência Individual de cada TRAVESSIA.
- 16.10. Sem prejuízo aos demais, a CONCESSIONÁRIA deverá ter especial atenção aos TERMINAIS situados nos municípios de São Sebastião, Bertioga, Iguape, Cananéia, Ilha Comprida, Ariri, localizados em áreas ambientalmente frágeis, vulneráveis e ecologicamente ricas e sensíveis, como manguezais, mantendo equipamentos e materiais de resposta em bom estado, armazenados em locais de fácil acesso, com treinamentos e percepção dos seus colaboradores aos possíveis impactos ambientais.
- 16.11. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA não permitir o estacionamento, depósito ou abandono de seus equipamentos e carcaças inservíveis originadas no SISTEMA DE TRAVESSIAS em locais não destinados para tal, especialmente em áreas de manguezais e suas franjas.
- 16.12. A CONCESSIONÁRIA deverá atuar para que os serviços e procedimentos com potenciais impactos ambientais realizados nos ESTALEIROS, TERMINAIS e EMBARCAÇÕES sejam realizados por meio de procedimentos específicos e em áreas adequadas às atividades.
- 16.13. No caso de emergências ambientais, cabe à CONCESSIONÁRIA informar imediatamente à ARTESP e seguir o fluxo de ações e comunicação previstas no PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL, tais como:
- I. Vazamento de óleos combustíveis que atinja o mar ou o solo; e
 - II. Vazamento de solvente e óleos lubrificantes no mar ou no solo.
- 16.14. Cabe à CONCESSIONÁRIA implementar boas práticas de gestão ambiental, com procedimentos de monitoramento, registro, controle, mitigação e comunicação ao PODER CONCEDENTE e à ARTESP das não conformidades identificadas, bem como das atividades ligadas ao Licenciamento Ambiental, passivos ambientais, fiscalização, infrações e outras questões pertinentes ligadas à temática ambiental do SISTEMA DE TRAVESSIAS HÍDRICAS.
- 16.15. Caberá à CONCESSIONÁRIA a aplicação de recursos compatíveis com as demandas ambientais apontadas pelos órgãos ambientais competentes, sem que as obrigações ambientais citadas neste ANEXO representem seus limites ou esgotem os investimentos necessários para o integral atendimento das variadas diretrizes ambientais.
- 16.16. Caberá à CONCESSIONÁRIA elaborar e entregar anualmente à ARTESP o Relatório Anual de Meio Ambiente - RAMA, com o seguinte conteúdo:
- a) Registro de ocorrências e emergências ambientais;
 - b) Descrição das melhorias;
 - c) Fotografias;

- d) Autos de infração lavrados por órgãos ambientais ou eventuais não conformidades identificadas;
- e) Revisões de planos;
- f) Status das ações referente ao endereçamento dos passivos ambientais;
- g) Cronograma do processo de renovação de licenças ambientais vigentes;
- h) Status da implementação e/ou atendimento de condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais;
- i) Demais temas associados ao licenciamento ambiental; e
- j) Comunicações com órgãos ambientais.

16.17. A primeira entrega do RAMA pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP, nos termos previstos pelo item 16.16, deverá ser realizada no 13º (décimo terceiro) mês contado da DATA DE INÍCIO do CONTRATO, e as entregas anuais subsequentes deverão ser realizadas a cada 12 (doze) meses contados da data da primeira entrega.

16.18. O RAMA não desobriga a CONCESSIONÁRIA de comunicar imediatamente a ARTESP a ocorrência de emergências e acidentes ambientais, bem como infrações lavradas e outras questões ambientais.

17. Eventos Climáticos Extremos

17.1. A CONCESSIONÁRIA deve elaborar e atualizar anualmente o RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS, consistente em um estudo de risco climático que considera todas as abordagens associadas aos riscos físicos agudos e crônicos e um Plano de Ação Climática. Este estudo visa o acompanhamento da evolução (ou não) da materialização dos riscos climáticos físicos associados com a operação / gestão das travessias do sistema, bem como a identificação da necessidade de ajustes nas medidas de adaptação climática em curso. A calibração do Plano de Ação Climática (a ser parte integrante do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS) deverá ser realizada considerando não só os eventos climáticos materializados, mas também alterações no território que possam potencializar a ocorrência dos riscos físicos previamente mapeados e/ou a potencial ocorrência de riscos adicionais. Para a análise dos riscos climáticos físicos, deverão ser considerados minimamente os cenários climáticos projetados pelo Shared Socioeconomic Pathway (SSP) 4.5 e 8.5 considerando as janelas temporais para 15 e 30 anos de projeção.

17.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar medidas de prevenção e mitigação dos impactos de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO e realizar obras de manutenção emergencial para a restauração da fluidez do sistema e segurança dos USUÁRIOS nos locais afetados.